

Resenha

A cultura no mundo líquido moderno

(BAUMAN, Zygmunt (2013). Rio de Janeiro: Zahar Editores. 111p.)

Aluizio GUIMARÃES¹

Nascido na Polônia e radicado na Inglaterra desde 1971, professor das Universidades de Varsóvia e Leeds, Zygmunt Bauman é considerado um grande pensador da contemporaneidade, cunhou o conceito de “liquidez”, recorrente em várias de suas obras, que dentre outras se destacam “O Mal-estar da Pós-Modernidade” e “Amor líquido”, um importante olhar sobre as relações afetivas no mundo atual. Com posicionamento contrário a globalização e a pós-modernidade, Bauman, aqui se apresenta através de seu livro “A Cultura no Mundo Líquido Moderno.

No primeiro de seis capítulos, denominado de “Apontamentos sobre as Peregrinações Históricas”, o autor *historiciza* a cultura e a classifica sob seu olhar de posicionamento rígido, apontando-a como um dispositivo que assinala as diferenças de classe, tendo a beleza como um elemento social de separatismo, sendo ela o resultado de uma opressão e imposição da classe dominante, que não só a consome, como também produz e chancela seu conceito. Sendo um acordo entre quem tinha o conhecimento e quem não o tinha, a cultura era vista como uma estratégia voltada a educar as massas e aproximá-las daqueles que estavam no topo. O Iluminismo confiou às mãos da classe educada o papel construtor de uma nação que provocou um crescente excedente de indivíduos, gerando a necessária busca por novos territórios. Citando o filósofo Pierre Bourdieu, que em suas obras se posiciona contra o liberalismo e a globalização, Bauman expõe, de forma contextualizada, o pensamento do francês, apontando a cultura como uma serviçal do *status quo*, no que ele chama de Modernidade Sólida, dando lugar à Modernidade Líquida, quando nenhuma das formas consecutivas de vida social é capaz de manter seu aspecto por muito tempo, deixando de ser serva de uma hierarquia social para se concentrar em atender às expectativas e necessidades dos indivíduos.

¹ Aluno Especial do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba.
E-mail: aluizioguimaraes2@gmail.com

A Modernidade Líquida passa a ser o começo de uma era pós-pragmática em que sua cultura serve a um mercado orientado à rotatividade, com clientes a seduzir em meio a um mar de ofertas excedentes, para atrair uma elite cultural que tem o máximo de tolerância e o mínimo de seletividade, diante de uma cultura que não está para saciá-las, mas sim provocar inúmeras outras. O generalizar, quase agressivo, com relação às elites pensantes que formam, inclusive, a base conceitual do pensamento de Bauman, parece ser demasiado, atingindo não só o próprio, por está contido nas delimitações por ele mesmo indicadas, como também, outros muitos pensadores que ele utiliza para corroborar com seu pensar.

“Sobre Moda, Identidade Líquida e Utopia nos Dias Atuais: Algumas Tendências Culturais no Século XXI” é o segundo capítulo que se inicia com a tentativa, nada didática, de a partir de uma analogia com fenômenos físicos, se ilustrar a moda, apontando-a como uma intensificadora de distinções, que a própria promete suavizar. Afirma, ainda no início, que “Quanto mais aspectos do empenho e do habitat humanos se sujeitam à lógica da moda, mais a regulação e a estabilidade de ambos se tornam inatingíveis”. Há, neste mundo, segundo o autor, situações contraditórias que bem resumem o conflito entre a necessidade por segurança e a necessidade por liberdade, o medo de ser diferente e o medo de perder a individualidade, sendo esta “segurança” e esta “liberdade” fontes inesgotáveis de energia criativa. Demonstrar estar na Vanguarda exige adquirir, em velocidade atlética, os símbolos para isso ofertados. A moda passa a ser definida pela colonização e exploração, sendo um dos principais motores do “progresso”, não no sentido de elevar nosso status, mas sim de evitar o fracasso, pois a forma de continuar mudando as roupas, mobília, casa, decoração... é uma boa forma de não “afundar”.

Assim como a moda, Bauman indica que a cultura no mundo líquido exige de nós a aptidão para mudar de identidade e não se apegar as coisas do passado, pois estamos inseridos em uma economia baseada no descarte. Não podendo esperar mudar o mundo para melhor, a fuga passa a ser a principal utopia, é preciso fugir da necessidade de pensar sobre a sua condição infeliz, vivendo o fim da utopia da modernidade sólida, em que se buscava uma trégua em relação ao caos de eventos. De forma rápida e, em alguns momentos confusa, o autor demonstra, a partir da moda, a condição humana no

mundo líquido, imposta por uma estrutura complexa e regida pelos ditatoriais mercados de consumo.

Em seu terceiro capítulo: “Cultura: da Construção da Nação ao Mundo Globalizado”, Bauman inicia indicando que é necessário tratar, de forma diferenciada, a imigração no processo de globalização. Sendo parte da modernidade e da modernização, os dejetos da ordem e do crescimento econômico compuseram a história da migração em três partes:

- A imigração de mais de 60 milhões de pessoas para terras vagas ou indígenas;
- Após o declínio dos impérios coloniais, as populações nativas (educadas e com uma certa sofisticação cultural) tornaram-se minoria, como objeto de cruzadas culturais e missões proselitistas, ao seguir os colonialistas que retornavam para suas terras natal;
- E a terceira forma, a era das diásporas, que migram em busca da distribuição dos recursos vivos e das chances de sobrevivência, sem escolha, isolam-se compulsoriamente em guetos.

Hoje a migração ou emigração não é exclusividade de um país ou região, em todos há a possibilidade de se questionar a identidade e nacionalidade, sua vizinhança física (que passa a ter fronteiras ondulantes, flutuantes e porosas) e sua identidade cultural. Cercado de diásporas, hoje conviver com a diferença é um problema do cotidiano, devendo se adquirir habilidades para facilitar a coexistência. Os direitos humanos, substituto dos Direitos Territorialistas é, em sua essência, o direito a diferença. Bauman critica-os como possível estabelecedor da tolerância mútua, mas não da solidariedade mútua (fenômeno muito bem destacado). De forma exacerbadamente ideológica e, até utópica, o autor diz que “...nenhuma cultura pode exigir ou ter direito a subserviência, a humilhação ou a submissão, em decorrência a uma cultura presumidamente superior ou de caráter progressivo”, algo contrário ao que costumeiramente vemos assistir através dos meios de comunicação de massa e das intervenções militares, além fronteiras, em todo o mundo. Mais à frente, ele aponta ainda que dividir para governar é uma antiga estratégia e indica um pensamento do filósofo pragmatista estadunidense Richard Rorty em que “...quanto mais os pobres do mundo estiverem ocupados em hostilidades étnicas e religiosas e em debates sobre costumes sexuais, longe de seu próprio desespero, os ricos terão pouco a temer”.

O “não engajamento” é uma estratégia voltada ao não-surgimento de grupos políticos dispostos a contrabalancear as forças mundiais. Não engajados e sob a batuta do multiculturalismo, que defende a “coexistência harmoniosa” mesmo que apoiando teorias separatistas e distantes do olhar da elite intelectual que rejeita o papel de educador, líder e professor, buscando para si mais espaço e não se engajando nos assuntos dos outros. As vítimas do pluralismo cultural que se apresenta como indiferente à diferença, em uma prática política definida por multiculturalismo, inspirado na tolerância liberal, transformam desigualdade social em “diversidade cultural”, recurso linguístico que faz da feiura moral da pobreza um apelo estético da diversidade cultural.

Tourraine, citado, aponta a ideia do multiculturalismo como algo a ser substituído pelo multicomunitarismo, em que o indivíduo é leal por causa do seu pertencimento a sua comunidade de origem. No culturalismo novo, busca-se minar a consciência moral e aceitar a desigualdade humana, sem interferir, em respeito aos Valores Culturais. Bauman encerra este capítulo, se posicionando de forma ideológica e provocante, focando as classes instruídas, que, segundo ele, se refugiam no multiculturalismo, que é a “ideologia do fim da ideologia”. Ainda, nestes momentos finais, ele acusa que o enfrentamento ao *status quo* “exige coragem, porém, os intelectuais perderam em suas novas empreitadas em busca de novos papéis e novos “nichos” como especialistas, gurus acadêmicos e celebridades midiáticas”, concluindo que, de forma não solitária neste “delito”, as classes instruídas repartem-no com as forças econômicas extraterritoriais. Provocando!

“A cultura no Mundo de Diásporas” intitula este novo capítulo que de supetão relembra que o multiculturalismo e sua ideologia do fim da ideologia é um explícito resultado dos círculos descritos como “Criadores de Cultura”. Formatados pela ausência de engajamento, sendo uma forma de adequar o local, o papel e as tarefas das Classes Instruídas que têm o direito, segundo Taylor, de decidir sobre qual cultura é inerentemente valiosa e merece sobreviver, Bauman se posiciona mais uma vez contrário aos direitos dos membros nominais da comunidade a exercerem escolhas que prejudicariam a sobrevivência dessas diferenças, propondo limitar ou até mesmo negar de vez estes direitos.

Neste universo do multiculturalismo, a sociedade não tem outra preferência, a não ser deixar as pessoas criarem suas próprias preferências. No mundo multicultural se permite que culturas coexistam, mas a política do “multiculturalismo” não torna isso nada fácil. Bauman, mais à frente defende o direito exercido por algumas comunidades de utilizar a “força” para garantir o futuro de uma determinada cultura, como o compulsório ensino da língua francesa nas escolas de Quebec, porém, aponta que a generalização destas conclusões também parece ser um duvidoso empreendimento.

De um lado, cabe o direito da comunidade proteger seu modo de vida e, do outro, o direito de escolha do indivíduo, “uma Sociedade autônoma é inconcebível sem a autonomia de seus membros”, reforça Cornelius Castoriadis, sendo citado. Indicando que a universalidade da espécie humana não é antagônica a pluralidade de suas formas de vida, o multiculturalismo e a prática do não engajamento provocam e fornecem a convicção de que devemos buscar a humanidade comum, pois enquanto os imigrantes perceberem que suas tradições culturais originais forem respeitadas no país de adoção, mais atraente a eles será a cultura daquele novo país, e menor será o apego à distinção, lembrando o que já fora dito antes, que o conceito de multiculturalismo, sob o sentimento de ameaça e incerteza, tende a transformá-lo em multicomunitarismo, daí para a construção de trincheiras é só mais um passo e, em caso de guerra, nenhum dos lados poderá ter a expectativa de segurança, nem mesmo depois de uma possível “vitória”, muito pelo contrário, enquanto estes lados se ocupam em planejar novos choques futuros no campo de batalha multicultural, ajudando assim à impossibilidade da construção da comunidade humana, as forças globais mais lucram e se fortalecem.

Neste penúltimo capítulo, Bauman discorre sobre “A Cultura Numa Europa em Processo de Unificação”, mostrando que reconhecer os direitos humanos e de reconhecimento é um convite ao diálogo e, neste, há a possibilidade de se debater os méritos e os defeitos das diferenças. Com o declínio do modernismo não há falta de diferenças, mas sim o surgimento, em cada canto de nossas cidades decadentes, de fronteiras que reforçam os processos de *guetificação* e nada chamam a atenção da nova elite global e extraterritorial, que não tem compromisso algum com as elites do Estado-nação, sem objetivar a “Ordem Perfeita” nem criar ordem e administrá-la no cotidiano.

Exageradamente, Bauman, aponta a Europa como um laboratório de pesquisa e uma escola em que se ensina todos a aprenderem com todos, citando Hans Georg

Gadamer, diz que a Europa oferece hoje para o mundo o tesouro abundante da diversidade e através do pensamento de William Blake que chama de “A Santidade do Momento Particular” apontando a diversidade linguística, cultural e social europeia, Bauman profetiza que a mesma pereceria não lutar por estas línguas, tradições locais e autonomias sociais, com isso, a Europa: continente/mosaico de diásporas, pode se fortalecer mutuamente. E conclui afirmando que os danos provocados pela globalização, desintegrando os alicerces da independência territorial, são diminuídos pelo sustentáculo de solidariedade encontrado na União Europeia.

Submeter a atividade cultural aos mercados de consumo é exigir que as obras de arte aceitem as condições de qualquer bem de consumo, sendo inclusive transitórias, perdendo sua noção de critério estético e de qualidade. A arte bem sucedida é aquela que muito vende e as razões para os seus valores estratosféricos está muito mais no nome da galeria ou no programa de televisão que a promoveu, que em sua qualidade artística. Bauman no seu último capítulo “A Cultura entre o Estado e o Mercado” não responde se com a mudança dos gerentes a Cultura ganha ou perde, ou ainda, se as obras terão mais que uma vida efêmera e quinze minutos de fama, mas se faz enfático quando diz que a função do Estado deveria ser de igualar as oportunidades de participação, como fez o antigo Ministro da era Mitterrand, Jack Lang, que por decreto impôs as instituições do Estado o dever de apoiar iniciativas de grupos, de movimentos, de práticas amadoras independentes e não institucionalizadas.

O autor encerra enfatizando que o foco do “Estado Cultural” deve ser a promoção das artes, provocando o encontro permanente entre os artistas e seu público, e como o mesmo ressalta bem no início deste capítulo, duzentos anos antes de ser cunhado o termo “Cultura” já existiam os primeiros exemplos de financiamento das artes pelas autoridades, e sentencia que no estado contemporâneo o patrocínio da criatividade cultural espera o “subsídio”. Bauman só não discorre sobre “quem paga a conta?”. Nem que arte será essa que, ao ser subsidiada, terá que qualidade estética e que comprometimento ideológico para com quem (Estado Cultural) a subsidia?